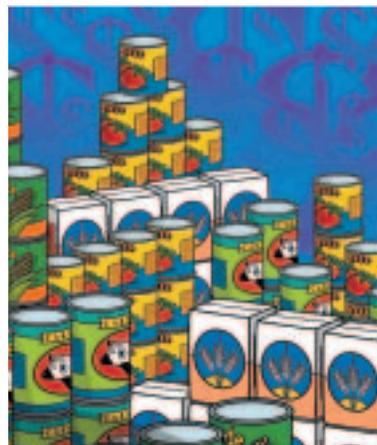


referências Fiesp

5



**O Sucesso da
Agroindústria:
O que se pode aprender?**

**FIESP
CIESP**





O Sucesso da Agroindústria: O que se pode aprender?

**MB
ASSOCIADOS**

Julho de 2004

Estudo encomendado pela
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP
à MB Associados



Índice

| | |
|--|-----------|
| Sumário Executivo | 5 |
| Evolução da Agroindústria no Brasil: | 10 |
| O Sucesso da Agroindústria: o que se pode aprender? | 26 |
| 1. Mercado/abertura: | 27 |
| 2. Pesquisa e tecnologia:..... | 28 |
| 3. Financiamento: | 30 |
| Sugestões | 31 |
| Bibliografia | 38 |

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Evolução dos índices da agropecuária: poder de compra, relação de troca e produtividade (1991=100) | 18 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| Tabela 1 – Taxa de crescimento anual do preço real dos principais alimentos componentes da cesta básica entre 1975 e 2000..... | 19 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| Figura 2 – Evolução do poder de compra de alimentos do salário na construção civil (1980 = 100) | 21 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| Figura 3 – Soja em grão: custo total de produção (em US\$/sc 60kg)..... | 22 |
|---|----|

| | |
|---|----|
| Figura 4 – Exportações da Agroindústria* (em US\$ bilhões)..... | 23 |
|---|----|

Sumário Executivo

1. A agroindústria brasileira tem uma trajetória longa e crescente de relação com o comércio internacional. A competição no mercado externo foi um dos fatores determinantes do diferencial de competitividade da agroindústria nacional;
2. A abertura teve dois efeitos sobre o setor. Em primeiro lugar, significou maior competição e, portanto, maior eficiência econômica. Esta eficiência se traduz, inclusive, na integração da agricultura familiar à cadeia da Agroindústria, através das parcerias nas áreas de carnes, na integração do fumo e no desenvolvimento de segmentos da piscicultura, frutas e madeira, dentre outros.
3. Em segundo, teve o efeito de expandir o mercado externo de nossos produtos, oportunidade esta aproveitada pelos players do setor de tal forma que, quando aparece no cenário uma novidade como a China, o país está apto para aproveitar as oportunidades e ganhar novos fronts de atuação.
4. Além da exposição ao comércio internacional, o financiamento da agroindústria foi adequado. Nos anos 70, o crédito abundante, fornecido em condições vantajosas pelo setor público, foi fundamental para o desenvolvimento da agroindústria e ampliação da fronteira agrícola. Uma combinação de taxas de juros baixas com mecanismos de empréstimos com garantia de compra, que transferia o risco de comercialização para o governo, garantia a expansão do segmento, estimulando o aumento da área cultivada;
5. A política de crédito permitiu acumular um estoque de máquinas que seria extremamente útil para a modernização do setor. Também, o crédito subsidiado permitia compensar o mercado de fatores (fertilizantes, defensivos) fechado, que praticava preços maiores que os internacionais;
6. Nos anos 80, com a crise fiscal do Estado, gradativamente, o setor passou a utilizar mecanismos alternativos de financiamento da produção através de empresas de insumos, de comercialização (traders) e de processamento, aprofundando, pela via do financiamento, a internacionalização;
7. Na década de 90, o padrão de financiamento muda de fato. A política agrícola oficial passa a privilegiar programas nos quais o risco ficava com o produtor. Todos estes mecanismos (programa de escoamento da produção; contratos de opção de venda, linhas de crédito a juros fixos e linhas especiais do BNDES, tipo moderfrota) tinham em comum a orientação para o mercado de modo a reduzir o volume de subsídios e diminuir os estoques públicos;

8. O modelo do Moderfrota como indutor do investimento é hoje, um exemplo que vem sendo seguido no segmento de caminhões e de máquinas em geral. A repetição de seu sucesso dependerá da adaptação de suas características às especificidades de cada área (ver texto e propostas). A sinergia que deu certo no caso das máquinas agrícolas é resultado de adequação das condições de prazos e taxas de juros e, principalmente, da assunção do risco de crédito por parte das empresas vendedoras dos equipamentos e de seus bancos, que gera a capilaridade e a segurança necessária para que o financiamento chegue ao cliente sem problemas.
9. A modernização da agroindústria teve forte efeito sobre o preço dos alimentos. A expansão na oferta de alimentos ocasionada pelos ganhos sistemáticos de produtividade reduziu consideravelmente os preços dos principais componentes da cesta básica. A redução nos preços dos alimentos não se deu apenas pelos incrementos da eficiência interna de parte dos produtores. O processo de abertura econômica, iniciado em meados dos anos 80 e intensificado a partir de 1990, impôs um novo padrão de preços internos de alimentos. A redução no preço relativo do alimento permitiu uma expansão no poder de compra do salário real que, por sua vez, garantiu uma demanda crescente ao longo do período. A agroindústria passava a dispor de mercados, externo e interno, em crescimento, vitais para sua evolução;
10. O terceiro vetor explicativo da trajetória de sucesso da agroindústria foi a pesquisa agrícola. A pesquisa desenvolvida pela Embrapa e, mais tarde, por organizações privadas como a Fundação Mato Grosso, foi determinante para a expansão da produção nacional em condições competitivas. Houve direção de pesquisa e objetivo determinado, seja para solucionar problemas locais ou certas especificidades, seja para questões sanitárias, o que, inequivocamente, facilitou e permitiu resultados como o das variedades adaptadas ao cerrado e o desenvolvimento de técnicas de plantio direto;
11. Também foi importante a disponibilidade de fatores de produção, visto, inclusive, que o Brasil pertence ao seleto grupo dos países no mundo que dispõem de uma reserva de terras agriculturáveis (concentrada basicamente na América Latina e na África);
12. Em síntese, a sinergia que produziu o sucesso da agroindústria é derivada da conjugação do desenvolvimento de um mercado crescente (interno e externo), da abertura comercial com uma estrutura de financiamento que se mostrou adequada e tecnologia eficiente. É claro que se trata de uma sinergia dinâmica, que exigiu e continua exigindo aperfeiçoamentos em cada um dos componentes envolvidos, de modo a adequá-los às exigências que vão se apresentando na economia, mas podemos partir deste conjunto para efeito de análise.

13. Da experiência agroindustrial tiramos algumas inferências que nos parecem importantes para a análise do conjunto da indústria nacional. A primeira é a de que a indústria precisa avançar na sua abertura ao mercado externo. Isto é mais verdadeiro ainda quando se constata que o mercado interno encolheu na década de 90 por conta da falta de crescimento econômico, a despeito da melhoria nos dois primeiros anos do pós-real;
14. Para tal, alguns pré-requisitos são necessários a exemplo da introjeção, pelo conjunto do setor, das exigências impostas pelo mercado internacional em termos de qualidade, competitividade e requisitos específicos a cada área. Neste processo é imprescindível a endogênização de capacidade de inovação na produção, que implica, inclusive, em uma reestruturação empresarial. Além disto, também é preciso assimilar que, neste processo, alguns setores encolhem e outros se expandem;
15. É natural, ainda, que a importação aumente seu peso relativo na estrutura de oferta, por conta da necessidade de manutenção da competitividade. Abertura ao exterior significa ampliação de comércio como um todo, ou seja, mais exportações e mais importações. Por outro lado, exportar é o resultado do esforço conjunto da produção com políticas governamentais. Muito já se avançou nesta área (negociações e promoção comercial, câmbio flutuante, etc), mas ainda há muito que avançar;
16. A experiência da agroindústria nos mostra que não existe “modelo de pauta de exportação”: o país pode e deve exportar um conjunto vasto de produtos dentro de uma mesma cadeia, ou seja, de commodities a produtos de maior valor agregado. Os mercados e os esforços dos exportadores irão mostrando as possibilidades de agregação de valor. Não é válida nem economicamente justificável a opção de se sobretaxar a exportação de matérias primas com o intuito de se estimular outros segmentos da cadeia. Isto apenas transfere renda e não garante, em absoluto, que o valor agregado total do país crescerá significativamente. Este foi claramente o caso da taxaço do couro bovino em passado recente.
A atividade produtora moderna tem embutida em si níveis tecnológicos crescentes. No caso do produto primário, a produção propriamente dita do bem (soja, boi, etc) tem uma quantidade não desprezível de investimento em tecnologia que permite o suprimento com melhor qualidade e em maior quantidade. Na ponta provedora de insumos, há todo um desenvolvimento de softwares voltados a rastreamento, mapeamento de terras, etc., que podem, inclusive, ser comercializados para outras regiões. Também há desenvolvimento crescente no parque de máquinas voltadas ao segmento que são usadas internamente mas, também, crescentemente exportadas. E há ainda crescimento potencial na agregação de valor propriamente dita

da cadeia produtiva, a exemplo de produtos mais sofisticados, compatíveis com as novas necessidades da alimentação humana, por exemplo. Em toda a cadeia há potencialidade. Isto é, o Brasil exporta produtos tecnologicamente eficientes em vários pontos da cadeia da Agroindústria e pode aumentar esta inserção externa;

- 17.** Da agroindústria sai, também, uma lição referente à estrutura de tributos: de um lado, as tarifas de importação de insumos foram sendo reduzidas (por exemplo, fertilizantes têm hoje tarifas entre 4 e 6%); por outro lado, desde alguns anos existe um esforço para a redução dos impostos da cesta básica. Embora ainda haja muito a avançar, é certo que aqui andamos na direção certa. Na indústria geral ocorreu o contrário, a carga tributária não parou de crescer. A solução, obviamente, não passa por aumentar a tributação da agroindústria, mas sim por reduzir a da indústria;
- 18.** Por fim, da agroindústria sai uma constatação que não é nova mas é recorrente: a importância de um elo comercial, integrado e eficiente, na cadeia produtiva. O financiamento informal trouxe as tradings para junto dos produtores, de um lado, e, de outro, diferentes Governos no mundo decidiram pela redução de seus estoques, o que resultou num setor comercial dinâmico, que tem um papel fundamental na expansão de nosso mercado externo;
- 19.** Outra inferência diz respeito ao uso adequado do progresso técnico. Na área da pesquisa propriamente dita, a agroindústria usufruiu dos efeitos do constante investimento da Embrapa, o que não ocorreu na indústria em geral de forma ampla e contínua. Além da Embrapa, a pesquisa privada foi constante e crescente. A Fundação Mato Grosso e a Fundação ABC são exemplos de centros de pesquisa financiados por agricultores que tiveram uma história de sucesso em pontos tão importantes como as técnicas de plantio direto, uma das maiores inovações do período recente. Também existem casos de resultados exitosos em parcerias de agricultores com universidades. Os pesquisadores sempre interagiram muito com os agricultores, o que levou a bons desenhos de programas de pesquisa, constantemente atualizados. Esta interação é muito menor no caso industrial. O que a indústria teve foi a internalização de tecnologia desenvolvida no exterior, de forma não sistemática e com graus diferentes de intensidade pelos vários segmentos;
- 20.** O sucesso da pesquisa agrícola decorreu do desenvolvimento de inovações a partir das necessidades do setor produtivo, respondendo a perguntas específicas e buscando o aumento da renda do segmento como um todo. Isto na indústria é mais complexo. O Brasil sempre resolveu o problema pela via da importação. As linhas de pesquisa que existem hoje na

universidade e nos próprios centros de pesquisas, como o IPT, a despeito de vários esforços, ainda estão longe do setor industrial e muitas vezes seguem mais o interesse do pesquisador envolvido do que respondem a uma demanda do segmento industrial. Falta sinergia entre setor privado e instituição de pesquisa;

- 21.** Uma terceira inferência diz respeito ao financiamento. A agroindústria, por ter uma exposição estruturada junto ao mercado externo, é detentora de um hedge natural, derivado de suas exportações crescentes. Isto disponibiliza ao setor um canal de financiamento, em moeda forte. Esta transposição não pode ser feita diretamente ao setor industrial como um todo. As empresas industriais que produzem tradables dispõem do mesmo hedge. Aquelas que produzem primordialmente para o mercado interno ou ainda os segmentos de serviços necessitam de outra estrutura de financiamento;
- 22.** Ou seja, a possibilidade de se utilizar crédito externo não elimina o desenvolvimento – a exemplo do que ocorreu com a agroindústria – de canais alternativos de financiamento com origem em moeda local. Para tanto não vemos melhor caminho que o mercado de capitais, principalmente para aqueles que produzem para o mercado interno ou atuam nos segmentos não tradables. Nesta evolução, será exigido destas empresas, a exemplo do que ocorreu com aquelas que se internacionalizaram, reestruturações em termos organizacionais, governança corporativa e, em muitos casos, reorganizações societárias;
- 23.** Completando a estrutura de financiamento aparece o BNDES. O BNDES pode entrar em vários tipos de parcerias e/ou atuando em financiamentos específicos. A criação do Modermaq, financiamento do BNDES para o parque de máquinas industriais, por exemplo, pode ser vista como uma tentativa de repetir o sucesso do Moderfrota no financiamento da renovação do parque de máquinas agrícolas nos anos 90. Embora necessite de aperfeiçoamentos nas condições de financiamento bem como de risco de crédito, trabalha na direção correta;
- 24.** A segunda implicação para a indústria, da experiência agroindustrial é: sabemos que o financiamento deve adotar esta combinação externo-interno-oficial. O problema é como tornar isto factível para o segmento industrial. Isto é, como operacionalizar uma estrutura de instrumentos financeiros adequados e um marco institucional eficiente.

Evolução da Agroindústria no Brasil:

O Brasil, desde os primórdios de seu desenvolvimento, sempre teve uma ligação importante com a atividade agrícola e esta com o mercado internacional. Das monoculturas do período colonial à exploração da cafeicultura, no final do século XIX e começo do século XX, a dinâmica da atividade agrícola brasileira era, em grande parte, decorrente de sua inserção no mercado mundial.

No ciclo do café, as atividades secundárias e terciárias nascentes eram derivadas da atividade principal que era a produção do café. As empresas comerciais e a incipiente indústria serviam ao complexo. Esta dinâmica se alterou com a industrialização quando o setor secundário passou a ser o carro-chefe da economia nacional. A partir dos anos 50, a industrialização internalizou a dinâmica da atividade produtiva nacional. O setor industrial brasileiro nasceu de um esforço concentrado do Estado e do capital privado nacional e internacional. A orientação deste processo foi essencialmente voltada para o mercado interno, protegido da concorrência externa por políticas comerciais e tarifárias e subsidiado por políticas públicas voltadas para o fornecimento, via estatais, de serviços baratos. Sem entrar na descrição histórica do passado recente, podemos fazer aqui a **primeira diferenciação analítica: a agroindústria, tanto em sua componente agrícola como, posteriormente, no elo industrial da cadeia, tem uma trajetória longa e crescente de relação com o comércio internacional, que se mantém mesmo depois do setor industrial, no seu agregado, assumir o papel de setor dinâmico da economia nacional, enquanto a indústria, apenas nos anos 90 com a abertura econômica, introjeta a competição internacional como uma variável fundamental de sua dinâmica e coloca o mercado internacional como target.**

Feita esta consideração, voltemos aos fatos. As condições do desenvolvimento do setor agrícola foram se alterando ao longo dos anos. A partir da década de 70, o setor primário passou por intensas mudanças estruturais que aumentaram sobremaneira sua capacidade de competição. Apesar de ter, a exemplo do setor industrial, desfrutado de subsídios creditícios para seu desenvolvimento, a exposição à concorrência externa no mercado de produtos determinava o desenvolvimento de uma capacidade competitiva que, o segmento industrial protegido não necessitava. E, esta mesma capacidade de competição servia para garantir, à crescente população urbana brasileira, alimentação em condições adequadas, necessárias para o desenvolvimento harmonioso do binômio industrialização-urbanização. Ou seja, o agroindústria crescia e desenvolvia os mercados externo e interno concomitantemente. Além disto, nos anos 70 foram gestadas condicionantes que se revelariam fundamentais para a evolução subsequente da agroindústria, na década seguinte. Estamos falando aqui de

pesquisa agrícola que permitiu a expansão das fronteiras de produção.

O crédito abundante fornecido em condições vantajosas pelo setor público, foi fundamental para o desenvolvimento da Agroindústria e ampliação da fronteira agrícola. Uma combinação de taxas de juros baixas com mecanismos de empréstimos com garantia de compra, que transferia o risco de comercialização para o governo, garantia a expansão do segmento¹, estimulando o aumento da área cultivada. Desde os anos 60 até 1995, a Política de Garantia de Preços Mínimos- PGPM usou os clássicos EGF (Empréstimos do Governo Federal) e AGF (Aquisições do Governo Federal). O EGF era o financiamento à estocagem² que permitia aos agricultores esperar melhor oportunidade para vender a produção. O AGF era a venda da produção ao governo pelo preço mínimo. O AGF significava um subsídio governamental ao custo de transporte visto que a Companhia de Financiamento da Produção –CFP, agência oficial, transportava os produtos adquiridos nestas regiões até os centros consumidores.

Na medida em que quanto maior fosse a área cultivada, maior era o subsídio incorporado, a agroindústria teve um padrão de crescimento extensivo. A área total cultivada com as principais lavouras passou de 20 milhões de hectares em 1960 para 45 milhões de hectares em 1980. Ao mesmo tempo, a agroindústria se modernizou, aumentando o investimento em maquinário e o uso de insumos modernos. A política de crédito permitiu acumular um estoque de máquinas que seria extremamente útil no período seguinte. Também, o crédito subsidiado permitia compensar o mercado de fatores (fertilizantes, defensivos) fechado, que praticava preços maiores que os internacionais. Entre 1970 e 1980, o consumo de fertilizantes (em milhares de toneladas) cresceu 320% e as vendas internas de tratores de roda, 245%, estas últimas atingindo o patamar de 50 mil unidades/ano em 1980.

A partir dos anos 80, com a crise fiscal do Estado brasileiro, a dinâmica dos diferentes setores se alterou. A agroindústria teve que incrementar sua capacidade de competição e alterar radicalmente sua rota de crescimento. O setor teve que deixar de ser o segmento altamente subsidiado dos anos 70, para tornar-se um segmento apoiado na eficiência econômica, nas décadas seguintes. E conseguiu.

Neste período, gradativamente, o setor passou a utilizar mecanismos alternativos de financiamento da produção através de empresas de insumos, de comercialização (traders) e de processamento, aprofundando, pela via do financiamento, a internacionalização³. Novos mecanismos de compra antecipada, troca de produto por insumo, entre outros, foram sendo desenvolvidos informalmente, de tal sorte que parcela significativa do financiamento da produção passou a depender do setor privado e, em alguma medida, do capital internacional. Este processo

1 Ver "Evolução do Crédito Rural e Tributação sobre Alimentos na Década de 90: Implicações sobre as cadeias de Aves, Suínos e Leite" – Paulo Favaret Filho, BNDES Setorial, set 2002.

2 "Taxa de Juros e Políticas de Apoio Interno à Agroindústria" – José Garcia G. e Humberto Francisco S.S., Ipea, 2003.

3 As tradings internacionais se estabeleceram no país, dentro da lógica global de estarem perto do mercado produtor, agilizando o não carregamento de estoques.

evoluiu, inclusive, para a adaptação de instrumentos mais eficientes como as CPR's – Cédulas do Produto Rural –, hoje difundidas no país.

Na década de 90, o padrão de financiamento muda de fato. A política agrícola oficial passa a privilegiar programas nos quais o risco ficava com o produtor. Todos estes mecanismos (programa de escoamento da produção; contratos de opção de venda, linhas de crédito a juros fixos e linhas especiais do BNDES, tipo moderfrota) tinham em comum a orientação para o mercado de modo a reduzir o volume de subsídios e diminuir os estoques públicos. Os dispêndios com o setor no orçamento da União caíram de 5,75% no período 80/84 para 2,11% no período 95/99. Manteve-se, no entanto, o crédito agrícola vinculado aos depósitos à vista. Pelas regras vigentes, os bancos têm a opção de depositar 25% de seus depósitos à vista no BACEN, sem remuneração, ou emprestá-los para a agroindústria. Trata-se de uma forma compulsória de financiamento de um setor da economia que manteve seu papel mesmo no período de restrição fiscal mais forte e que acarretou mudança no mix de financiamento da agroindústria.

Em 1992, criou-se o Prêmio de Liquidação de Estoques, um subsídio aos mutuários que fizessem a liquidação de seus empréstimos e que ajudou a diminuir os estoques públicos. Em 1996, houve uma reformulação mais profunda dos instrumentos de política agrícola de modo a adequá-la à economia aberta. A utilização de AGF e EGF foi restringida e criou-se o PEP – prêmio para escoamento do produto – e o sistema de opções. O PEP se constituiu em um subsídio dado pelo governo federal através de leilão público, para incentivar o setor privado a participar da comercialização dos produtos agrícolas, garantindo, ao mesmo tempo, que os produtores recebessem o preço mínimo. Além disto, o governo passa a adotar instrumentos mais modernos, amplamente utilizados por operadores privados como o contrato de opção de venda. A adoção destes instrumentos além de repassar o ônus do carregamento de estoques para a iniciativa privada, permitia o desenvolvimento de ações de política pública, de forma transparente, via leilões da bolsa.

O governo, como agente regulador, passa a apoiar as novas fontes de recursos como a CPR –cédula do produto rural⁴ –, deixando de ser o principal gerador de recursos. O BNDES, em 1991, para aumentar a oferta de crédito rural incrementou sua carteira de aplicações na agroindústria através do Finame-rural e de operações diretas do banco. Os recursos do Finame são dirigidos ao financiamento de máquinas e equipamentos, aplicado através de bancos públicos e privados. Atualmente as operações Finame são feitas a TJLP + spread dos bancos. Em 2000, o BNDES lança o Moderfrota, que foi o grande responsável pelo aumento expressivo de venda de máquinas agrícolas nos últimos 4 anos⁵. De 1999 a 2003 as vendas passaram de 27,7 mil unidades para 38 mil unidades. O Moder-

4 A CPR pode beneficiar qualquer produto agropecuário in natura, beneficiado ou industrializado.

5 Em 2003, a taxa de juros do Moderfrota foi elevada para o patamar de 9,75% e 12,75% aa.

frota permite renovar o estoque de máquinas acumulado nos anos 70 e 80, inclusive, usufruindo das melhores tecnologias do segmento.

O sucesso do Moderfrota decorre de sua adequação. A primeira condição favorável está associada ao prazo e às taxas de juros. O prazo adequado é aquele que compatibiliza o valor da prestação (que depende do valor do bem), com a geração de caixa do tomador do financiamento, o que, foi feito. Além disso, o fato da taxa ser prefixada deu segurança ao tomador por ele conseguir calcular exatamente a sua prestação e fazer a sua programação. Outro fator importante foi o nível da taxa de juros do programa. De março de 2000, quando foi implementado o programa, até fevereiro de 2003, o custo deste financiamento foi de 8,75% a 10,75% a.a. para uma taxa de Selic média no período de 18,5% e uma TJLP de 10% a.a. Em março de 2003 estas taxas foram alteradas para uma banda entre 9,75% e 12,75% (com a conseqüente queda na demanda pela linha).

O terceiro ponto e, na nossa avaliação, o fator de sucesso mais importante, é a assunção do risco de crédito por parte das empresas vendedoras dos equipamentos, o que gera a capilaridade necessária para que o financiamento chegue ao cliente sem problemas. Contudo, isto só foi possível pela característica do bem financiado. Em se tratando de um equipamento ligado à agroindústria, colocou-se como garantia do empréstimo, além do próprio bem, parte do capital do tomador (a terra), dando segurança que não existe em outras operações.

Este último diferencial é ilustrado pela tentativa recente de se desenhar o Moder carga (financiamento de caminhões) com as mesmas características do Moderfrota. O resultado ficou aquém do desejado, justamente pelo problema das garantias. O caminhão roda na estrada, estando sujeito a acidentes e assaltos, implicando na exigência de seguro do bem, em muitos casos inviável. O fretista independente não possui garantias suficientes para fornecer ao financiador, além do próprio caminhão financiado, o que é considerado insuficiente para os financiadores. Quando o financiamento é feito diretamente para empresas, o processo é facilitado pela avaliação de risco da empresa e das garantias por ela fornecida.

Este conjunto de instrumentos, que foram se aperfeiçoando nos últimos 20 anos, garantiu o financiamento do setor agroindustrial. Atualmente, a melhoria deste financiamento passa por um uso mais intensivo dos mercados futuros. Porém, cabe aqui uma observação. Não são poucas as empresas e os analistas que vêm alertando que o financiamento via vendas futuras está ameaçado por ações impetradas na Justiça⁶, por agricultores insatisfeitos com os preços fixados em suas vendas antecipadas. Alguns juízes estão se sensibilizando com os argumentos e, com esta conduta, alteram pilares básicos de um sistema baseado, dentre outros fatores, na confiança.

⁶ Ver Valor Econômico, 07/05/2004, "Sistema de Comercialização Antecipada de Soja Sob Ameaça", Marcos S. Jank.

Em resumo, desde meados dos anos 80 o crescimento da agroindústria teve que se dar a partir da própria dinâmica do setor e dada a restrição de capital colocada à agroindústria brasileira, a saída encontrada foi o aumento da eficiência produtiva. **A fonte de crescimento fundamental da agroindústria passou a ser endógena ao setor. Como afirmamos acima, alguns fatores contribuíram para este movimento. Em primeiro lugar, a exposição ao comércio internacional levou as empresas do setor a buscar ganhos de eficiência microeconômica para competir. A agroindústria brasileira foi o setor que primeiro se expôs à concorrência internacional, enfrentando, inclusive, um cenário de valorização da taxa de câmbio a partir de meados dos anos 80 e, em especial, após o Plano Real.**

Na realidade, a abertura teve dois efeitos sobre o setor. Em primeiro lugar, significou maior competição e, portanto, maior eficiência econômica. Esta eficiência se traduz, inclusive, na integração da agricultura familiar à cadeia da agroindústria, através das parcerias nas áreas de carnes, na integração do fumo e no desenvolvimento de segmentos da piscicultura, frutas e madeira, dentre outros.

Em segundo, teve o efeito de expandir o mercado externo de nossos produtos, oportunidade esta aproveitada pelos players do setor de tal forma que, quando aparece no cenário uma novidade como a China, o país está apto para aproveitar a oportunidades e ganhar novos fronts de atuação.

Além disto, a agroindústria construiu um sistema de financiamento adequado e soube usufruir, nos anos 80, dos frutos dos investimentos em pesquisa, efetuados na década anterior, nos quais a Embrapa teve o papel de carro-chefe. Também foi importante a reação às ineficiências de infraestrutura de transportes do país que forçou a intensificação do uso do fator terra, utilizando mais eficientemente as áreas tradicionais mais próximas aos centros urbanos, numa rota paralela à expansão da atividade para as áreas de cerrado do Centro-Oeste. Por fim, foi inequívoca a contribuição da redução dos preços dos insumos importados, derivada da liberação da economia brasileira no início dos anos 90, quando o mercado de fatores se abre. Entre 1995 e 2001, os preços médios dos fertilizantes (US\$/t) caíram 20%⁷.

Veremos agora os itens pesquisa e aumento do uso de insumos.

A pesquisa agrícola e o papel da Embrapa merecem uma reflexão cuidadosa. A Embrapa foi criada em 1973 quando o Brasil passava por um ciclo de crescimento econômico, atingindo taxas de crescimento anual do PIB superiores a 10%. A necessidade do desenvolvimento da produção de alimentos era um eixo importante da política governamental, particularmente para atender a uma

7 No dois últimos anos 2002/2003, os preços voltaram a subir em dólar.

população crescentemente urbana. **A conjugação de investimentos em infraestrutura com a pesquisa agroindustrial era parte integrante da política pública visando ampliar a produtividade da economia brasileira.**

A Embrapa seguiu a linha da exploração de novas fronteiras agrícolas e seleção de prioridades para dar conta do processo de industrialização e urbanização do país e da necessidade de se gerar excedentes exportáveis. A primeira prioridade foi dada à produção de grãos. Foram selecionados variedades adaptáveis a diferentes regiões, climas e solos bem como apostaram na descoberta de resistências a pragas. Neste processo, ganhou destaque o desenvolvimento da agroindústria comercial de cerrado. Também foram estudados e desenvolvidos cultivares adaptados ao semi-árido nordestino, apoiados na irrigação. Trataram ainda da recuperação de áreas tradicionais como o Sul do país, desenvolvendo variedades de trigo, por exemplo. **Houve direção de pesquisa e objetivo determinado. O Estado dirigiu o processo. Aqui vale outra comparação com a indústria. A existência de foco na pesquisa, seja para solucionar problemas locais ou certas especificidades, seja para questões sanitárias, facilita e permite resultados como o das variedades adaptadas ao cerrado que permitiram o boom dos grãos atualmente em curso. Esta evolução é distinta na indústria. Para pensarmos em uma Embrapa Industrial, como está no projeto do governo, precisamos, também, focar, embora a ampla gama de setores da indústria nacional dificulte a ação. Focar significa buscar cadeias onde há chances de resultado líquido positivo, visto que o Brasil, num mundo globalizado, não pode adotar a estratégia de internalizar tudo. Pensar em coisas específicas como gestão de energia, questões ambientais, que, na essência compõem a agenda do IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas – da USP é interessante. Ainda, a pesquisa do álcool como combustível, que poderia ser usado como combustível do carro elétrico é um bom exemplo de nicho abandonado que, se desenvolvido, poderia garantir uma inserção maior da cadeia no comércio global. Também, investimentos em pesquisas de cadeias nas quais o Brasil detém vantagem comparativa de matéria-prima como minerais e flora nativa podem garantir inserção em nichos cada vez mais valorizados no mercado mundial. Dito de outra forma, o embrião de uma Embrapa Industrial poderia ser um passo à frente da pesquisa na agroindústria, focando a agregação de valor nas cadeias. Trataremos disto adiante.**

Hoje, a pesquisa agrícola continua absolutamente fundamental e preocupa, sobremaneira, a forma como a Embrapa vem sendo conduzida neste atual governo. Como vimos, a pesquisa desenvolvida anteriormente foi vital para o crescimento da agroindústria comercial. A preocupação com o desenvolvimento do segmento familiar era uma parte do processo mas os resultados mais expressivos se deram no campo da agroindústria de exportação, que nos levou à

situação atual de produtor mais eficiente do mundo em produtos como açúcar e soja e player importante nos mercados de outras commodities. Eventual desvio de prioridade pode mudar a situação e fazer o país perder seu espaço num mundo altamente competitivo. Manter as posições conseguidas e superar novos desafios exige continuidade de trajetória. Hoje, acompanhando a evolução mundial, a pesquisa exige atenção à localização via espécies adaptáveis a regiões distintas, custos baixos e eficiência, mas também cuidados com critérios de segurança alimentar e de “rastreadibilidade”, inclusive de produtos geneticamente modificados. É preciso dispor de laboratórios reconhecidos, e sistemas de inspeção e vigilância sanitária eficientes para fazer parte das novas regras vigentes no agribusiness. **Aqui será necessária nova articulação entre Estado e o setor privado via adoção de padrões de qualidade, sistemas de monitoramento e infraestrutura adequada, além de disponibilidade de recursos financeiros e humanos para a empreitada.**

Segundo os especialistas⁸, para atrair investimentos para a área de pesquisa neste novo enfoque, é primordial a consolidação de uma legislação que garanta os direitos de propriedade intelectual, como a Lei de Proteção de Cultivares e a Lei das Patentes. Também é importante uma coordenação efetiva entre pesquisa e mercado.

A maior exigência de atributos na matéria-prima e no processo industrial tem influência na pesquisa que deve vencer o distanciamento que ainda existe entre a pesquisa agrícola e a demanda da indústria. Isto é, as inovações, inclusive biotecnológicas são decisivas para a futura competitividade da Agroindústria, não só na ponta agrícola do complexo mas, cada vez mais, na área industrial. As inovações devem significar redução de custos, economia de insumos e maior adaptação de culturas aos diferentes ambientes. A modificação genética tem sido utilizada também para finalidades industriais, via matérias-primas desenvolvidas para diferentes usos finais (farinhas, frutas, etc).

No desenvolvimento de sementes, a Embrapa tem participação dominante na soja. As multinacionais como a Monsanto disputam além da soja, os mercados de sementes de arroz, milho e algodão. Nas áreas de hortícolas e floricultura, existe toda uma gama de pequenas e médias empresas de biotecnologia, dependentes da sinergia com o poder público, os centros de pesquisa e as universidades.

Na realidade, o Brasil deve atuar em duas frentes complementares para abrir espaço no comércio mundial. Manter a dianteira nos setores onde já dispõe de vantagens comparativas e buscar novas formas de concorrência em nichos segmentados onde as inovações da biotecnologia são igualmente importantes. É preciso investimento em “rastreadibilidade”, por exemplo, para

8 Ver Pensa: Competitividade no Agribusiness Brasileiro

permitir o desenvolvimento simultâneo de produtos tradicionais, orgânicos e transgênicos. Também é preciso monitoramento das cadeias de modo a acompanhar as exigências de qualidade dos países como, por exemplo, da União Européia e do Japão, onde cuidados com o meio-ambiente são requisitos importantes. Esta estratégia pode ser estendida a outros segmentos da indústria. O desenvolvimento conjunto de nichos, de maior valor agregado, identificados como tendo potencial de mercado, com áreas de produção industrial mais commoditizada, sob uma coordenação eficiente, pode ser um enfoque a ser estudado.

A experiência da agroindústria nos mostra que não existe “modelo de pauta de exportação”: o país pode e deve exportar um conjunto vasto de produtos dentro de uma mesma cadeia, ou seja, de commodities a produtos de maior valor agregado. Os mercados e os esforços dos exportadores irão mostrando as possibilidades de agregação de valor. Não é válida nem economicamente justificável a opção de se sobretaxar a exportação de matérias primas com o intuito de se estimular outros segmentos da cadeia. Isto apenas transfere renda e não garante, em absoluto, que o valor agregado total do país crescerá significativamente. Este foi claramente o caso da taxaço do couro bovino em passado recente.

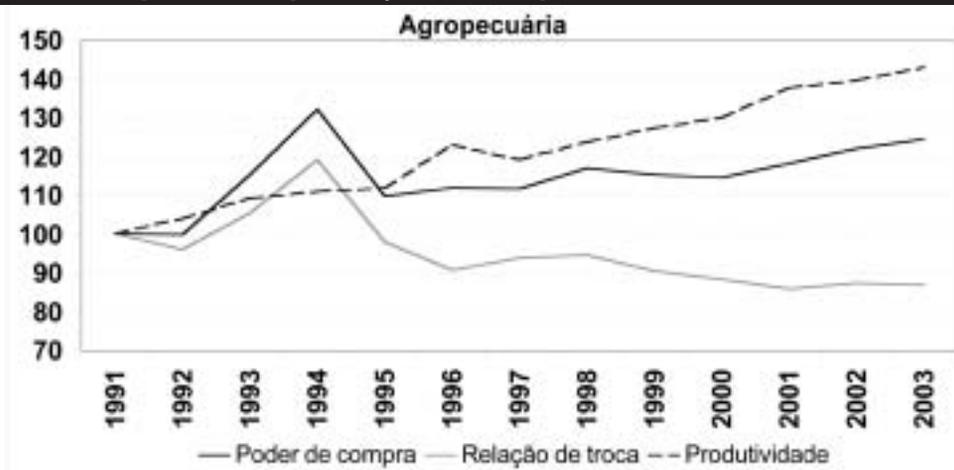
A atividade produtora moderna tem embutida em si níveis tecnológicos crescentes. No caso do produto primário, a produção propriamente dita do bem (soja, boi, etc.) tem uma quantidade não desprezível de investimento em tecnologia que permite o suprimento com melhor qualidade e em maior quantidade. Na ponta provedora de insumos, há todo um desenvolvimento de softwares voltados a rastreamento, mapeamento de terras, etc., que podem, inclusive, ser comercializados para outras regiões. Também há desenvolvimento crescente no parque de máquinas voltadas ao segmento que são usadas internamente mas, também, crescentemente exportadas. E há ainda crescimento potencial na agregação de valor propriamente dita da cadeia produtiva, a exemplo de produtos mais sofisticados, compatíveis com as novas necessidades da alimentação humana, por exemplo. Em toda a cadeia há potencialidade. Isto é, o Brasil exporta produtos tecnologicamente eficientes em vários pontos da cadeia da Agroindústria e pode aumentar esta inserção externa.

A sinergia entre crédito e tecnologia determinou ganhos de produtividade expressivos que foram fundamentais para a evolução do negócio. Ao longo dos últimos anos, o processo de intensificação da agroindústria assentou-se sobre sucessivas elevações na produtividade da terra, acompanhada pela elevação do uso de fertilizantes químicos. Os solos tropicais são geralmente pobres em nutrientes e os solos da região central do Brasil são especialmente deficientes em nutrientes. Assim é que para assegurar a continuidade do crescimento da produção agrícola no país, foi necessário garantir o abastecimento de fertilizantes químicos em

todas as regiões produtoras de alimentos.

O gráfico abaixo mostra a evolução dos índices da componente primária (agropecuária) da agroindústria nos últimos 12 anos. A produtividade da agropecuária cresceu 43% e o poder de compra entendido como **um indicador de lucratividade da atividade, que é composto pela combinação dos ganhos de produtividade e pela evolução dos termos de troca, 24,4%**. Elevações nos termos de troca e/ou na produtividade das firmas garantem aumento na lucratividade.

Figura 1 **Evolução dos índices da agropecuária: poder de compra, relação de troca e produtividade (1991=100)**



Fonte: MB Associados

O componente “Lavouras” teve sua produtividade aumentada em 46% e a “pecuária” em 29,2%, enquanto a relação de trocas, à exceção do início da década, não respondeu adequadamente. O comportamento desta última variável deveu-se sobremaneira à piora no mercado de commodities, dadas as sucessivas crises mundiais e as características dos mercados agrícolas, de repassar ao consumidor boa parte dos ganhos de produtividade.

De qualquer forma, ocorreu um barateamento relativo dos fertilizantes, determinado pela abertura da economia, que foi um fator vital para a mudança de rota pela qual passou o crescimento da agroindústria brasileira, ou seja de extensiva para mais intensiva no uso de seus fatores. Desde os anos 80, quando ocorreram sucessivos planos heterodoxos de estabilização econômica, os preços da terra oscilaram bastante, mas, de modo geral, encontravam-se relativamente elevados. O uso da terra como reserva de valor foi muito comum para proteção contra choques sofridos pela economia brasileira e inflacionou o valor da mesma, favorecendo a intensificação de seu uso. A ocorrência de preços melhores dos insumos acelerou o processo.

A expansão na oferta de alimentos ocasionada pelos ganhos sistemáticos de produtividade reduziu consideravelmente os preços dos principais componentes da cesta básica. Barros, Rizzieri e Picchetti (2001) calcularam a evolução dos preços reais dos alimentos no período de 1975 a 2000. Seus resultados, apresentados na tabela 01, sugerem que os preços reais dos principais alimentos caíram sistematicamente ao longo do período. Os autores estimam que, em média, houve uma redução anual de 5,25% ao longo dos 25 anos analisados.

Tabela 1 Taxa de crescimento anual do preço real dos principais alimentos componentes da cesta básica entre 1975 e 2000

| Produto | % | Produto | % |
|----------------|----------|----------------|----------|
| Açúcar | -4,77 | Feijão | -13,39 |
| Alface | -4,52 | Frango | -8,22 |
| Arroz | -7,77 | Laranja | -2,65 |
| Banana | -3,07 | Leite | -3,58 |
| Batata | -3,51 | Mamão | -4,41 |
| Café | -7,38 | Óleo de Soja | -8,06 |
| Coxão Mole | -5,82 | Ovo | -5,17 |
| Cenoura | -5,51 | Tomate | -4,70 |

Fonte: Barros, Rizzieri e Picchetti (2001)

A redução nos preços dos alimentos não se deu apenas pelos incrementos da eficiência interna de parte dos produtores. O processo de abertura econômica, iniciado em meados dos anos 80 e intensificado a partir de 1990, impôs um novo padrão de preços internos de alimentos. Em especial, a integração do MERCOSUL e a sofisticação do setor de distribuição alteraram a relação entre os preços recebidos pelos agricultores e os preços pagos pelo assalariado urbano, diminuindo a margem de comercialização do setor. As regras de importação de insumos e produtos agrícolas mudaram, expondo a economia a uma maior concorrência internacional. Em alguns casos como na cadeia do leite, a concorrência da importação gerou uma forte reestruturação setorial e regional.

Na realidade, a abertura, restrições fiscais e a desregulamentação tiveram efeito sobre o agronegócio, desestruturando, em um primeiro momento, o papel de sistema de coordenação que o sistema de crédito agrícola desempenhava. Isto é, o sistema de crédito tinha um papel primordial na definição do leque de produtos a serem comercializados e dos padrões de concorrência dominantes. A coordenação começava na indústria de insumos e equipamentos e terminava no tabelamento ou controle de preços, por meio de políticas de crédito, preço mínimo, formação de estoques, etc. Este sistema de coordenação foi desestruturado e no seu lugar, gradativamente, foi entrando a coordenação de mercado⁹.

⁹ A idéia de coordenação do crédito, com a qual concordamos, foi desenvolvida em estudos do Pensa. A MB, porém, discorda da afirmação de que nada entrou no lugar. Para nós, o mercado assumiu a função.

Como apontamos acima, o financiamento se recompôs com um misto de crédito de fornecedores, capital próprio e crédito oficial sob nova forma.

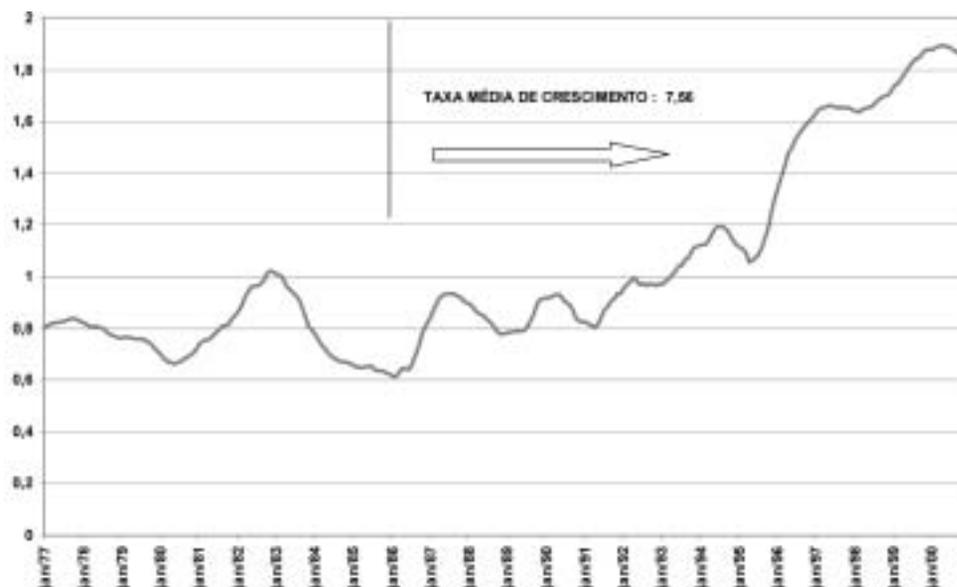
Além disto, como vimos na parte de tecnologia, o mercado de produtos alimentares passou a exigir produtos diferenciados, ligados à saúde, respeito ao meio ambiente e segurança, por exemplo, que viriam a ser, junto com custos, as variáveis de concorrência dominantes. Não é mais suficiente trabalhar com custos baixos é preciso diferenciar o produto, agregando atributos reconhecidos e exigidos pelos consumidores.

A redução na margem de comercialização do setor foi compensada, em alguma medida, pela elevação na demanda interna de alimentos. Este fato constitui explicação adicional para o desempenho da agroindústria no período em análise, além, é claro, do nosso posicionamento no mercado externo. **A expansão no poder de compra do salário real, proporcionada pela redução no preço relativo do alimento, garantiu uma demanda crescente ao longo do período.** Para dar dimensão dos ganhos de salário real dos trabalhadores, Barros, Rizzieri e Picchetti (2001) calcularam a relação entre o salário nominal na construção civil e os preços dos alimentos (tomando o componente alimento e vestuário do Índice de Preços ao Consumido, FIPE). O salário na construção civil foi utilizado por ser este o mais flexível na economia, além de refletir a parcela menos qualificada dos trabalhadores. O resultado pode ser visto na Figura 2. Percebe-se que, principalmente a partir da abertura econômica dos anos 90 e do Plano Real que acabou com o imposto inflacionário, o ganho no poder de compra de alimento do salário dos trabalhadores foi bastante expressivo.

Outro estudo, efetuado por Elizabeth Farina e Rubens Nunes¹⁰, centrado no período 1994-2001, atribui às mudanças tecnológicas e organizacionais intra-firma o papel primordial para a redução dos preços dos alimentos no varejo no período pós-real. O ajuste micro viria de uma combinação de redução de postos de trabalho, redução de estoques, melhoria de qualidade da matéria-prima, melhoria de logística de abastecimento e distribuição, busca de canais alternativos de comercialização, etc, que como resultado alteraram o padrão de concorrência do sistema.

¹⁰ "Âncora Verde e os Ajustamentos Microeconômicos no sistema Agroindustrial de Alimentos no Brasil pós-real".

Figura 2 Evolução do poder de compra de alimentos do salário na construção civil (1980 = 100) (R\$ de maio de 1995 – média móvel 12 meses)



Fonte: Barros, Rizzieri e Picchetti (2001)

Além dos elementos acima descritos, foi fundamental para a agroindústria brasileira nos últimos anos, a alteração na distribuição espacial da produção, resultado da procura por sistemas com menores custos. A necessidade de ampliação da escala de produção levou a uma migração da produção rumo ao Centro-Oeste e, nesse processo, a área que perdeu mais foi o Sul do país. A área total cultivada no Rio Grande do Sul diminuiu 20% entre 1990 e 2002, a despeito da melhoria do período 2000-2002. Em contrapartida, a área cultivada na região Centro-Oeste aumentou no mesmo período (1990-2002) de forma importante, com destaque para o crescimento de 151% no Mato Grosso.

Entretanto, se, por um lado, a área média cultivada por unidade de produção se elevou nas grandes lavouras, por outro, abriram-se oportunidades para explorações menores, mais produtivas e modernas. Além dos casos de integração já mencionados (aves, suínos, fumo), outras atividades como frutas, flores, oleiculturas, cogumelos, mel, pescado, camarões e etc, vem se desenvolvendo, em geral, baseando-se no mercado externo e no topo da pirâmide do consumo interno para deslanchar. Ao longo do tempo, a experiência e a consolidação das atividades resulta em barateamento da produção e expansão do mercado. Acompanha a mesma tendência, a elevação do número de pequenas empresas a industrializar e distribuir alimentos.

Este processo de expansão da produção se deu concomitantemente ao desenvolvimento de tecnologia de produção no cerrado pela Embrapa, já descrita,

que impôs um padrão moderno de ocupação da região. Como vimos, dada a baixa fertilidade do solo no Centro-Oeste, a agroindústria na região já nasce com um patamar tecnológico elevado, com alto consumo de fertilizantes por hectare. Por outro lado, as demais regiões também investiram em tecnologia de recuperação de áreas, técnicas de cultivo direto e outras inovações tecnológicas.

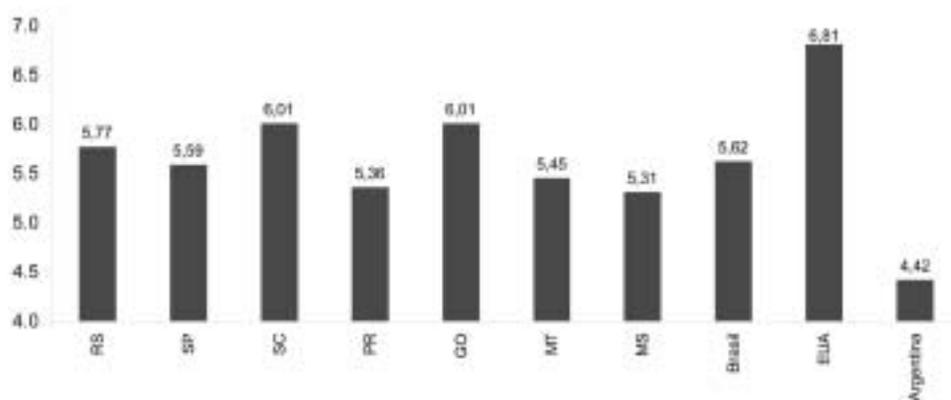
Estes movimentos foram acompanhados de forte integração com a componente industrial do complexo. Todos os grandes players industriais do setor mudaram sua logística de atuação rumo à região central do país.

O ganho de produtividade da agroindústria brasileira, auxiliado pela desvalorização cambial de 1999, reafirmou o agronegócio brasileiro, sem subsídios, como o mais competitivo do mundo. Alguns exemplos são elucidativos e são apresentados nos gráficos a seguir.

O custo total por unidade produzida de soja no Brasil (dados de junho de 2002) é da ordem de 5,62 dólares por saco de 60 Kg, contra 6,81 nos EUA. O menor custo está no Mato Grosso do Sul: 5,21 dólares por saco de 60 Kg. O Brasil só perde para a Argentina que, por esta mensuração, tem um custo total por saco de 60 kg de 4,42 dólares.

Figura 3

Soja em grão: custo total de produção (em US\$/sc 60kg)



Fonte: RC.W Consultores (jun-02)

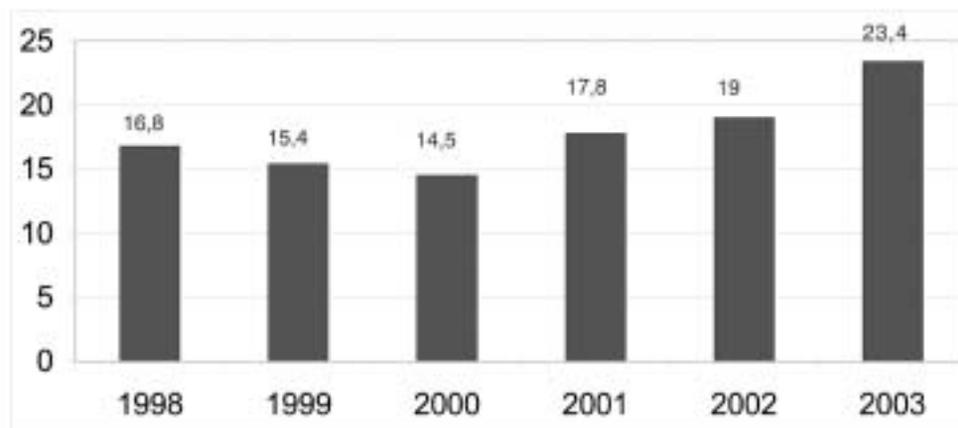
Outra comparação mostra que a produtividade da soja (tonelada/hectare) no Mato Grosso é da ordem de 3,10 ton/hectare contra 2,95 ton/hectare em Illiinois (EUA) e o custo em dólar por hectare no Mato Grosso fica em US\$ 386 contra US\$ 798 em Illiinois.

O custo de produção do açúcar brasileiro (2003), no Estado de São Paulo, é da ordem de US\$ 130/ton contra US\$ 335/ton na Austrália e na Tailândia.

Nas carnes, o Brasil tem o menor custo de produção de suíno vivo (dados de 1998): 0,50 dólares/Kg vivo, contra US\$0,65/kg vivo nos EUA e US\$1,20/kg vivo na China. Para o frango, o custo brasileiro é de cents U\$ 42,7/quilo peso vivo (dados de 2003) contra cents U\$54,7/quilo peso vivo nos EUA e cents U\$ 60,6/quilo peso vivo na Tailândia. Para a carne vermelha a comparação é de U\$1.000/ton no Brasil (1999) contra U\$1.570 na União européia (1998) e U\$2.630/ton (1998) nos EUA.

A evolução das exportações agroindustriais brasileiras, no seu agregado, ilustra esta posição. Nos anos 90, as exportações do complexo agroindustriais passaram de US\$ 7,4 bilhões em 1990 para o pico de U\$ 18,0 bilhões em 1997, terminando a década na casa dos US\$ 15 bilhões (figura 04). Este movimento refletiu um forte aumento de quantidade e se deu apesar dos baixos preços das commodities após a crise asiática. Entre 2000 e 2003, as exportações do agro-negócio voltam a crescer de forma importante (62%), contribuindo para o saldo da balança comercial brasileira. Em 2003/2004 até março, as vendas externas de commodities foram alavancadas, também, pelo efeito-preço, com incremento médio de 4,8%.

Figura 4

Exportações da Agroindústria* (em US\$ bilhões)


Fonte: Secex

* Carnes, leite, laticínios, cafés, grãos, cereais, óleos, açúcares, preparações de fruta, resíduos da indústria de alimentos (farelo de soja e outros), fumo, cigarros, madeiras e manufaturas de madeira.

Esta superioridade competitiva permite que o Brasil se posicione com vantagem no comércio mundial e coloca o país como importante destino de empresas estrangeiras. Além disto, a redução do carregamento de estoques agrícolas pelos governos dos diferentes países induziu o crescimento da atuação dos traders no Brasil, que ganha espaço crescente na logística mundial.

O Brasil é o primeiro exportador no Complexo Soja, Café, Açúcar, Frango e Suco de Laranja. Esta melhor posição relativa tem induzido a que o país, à parte a ausência de uma política de promoção de exportações mais efetiva, melhore seu engajamento nas questões comerciais, embora estejamos longe de um posicionamento suficientemente forte para suplantar, rapidamente, as posições protecionistas dominantes nos principais países. De qualquer forma, vieram da agroindústria os resultados mais concretos da política comercial brasileira dos últimos anos. A vitória no painel do algodão foi emblemática. Embora não tenhamos resultados imediatos, significou uma ruptura na blindagem dos países desenvolvidos quanto à questão agrícola. Vale destacar aqui o empenho das entidades privadas ligadas ao setor agrícola, na vitória do painel do algodão, mostrando que há um trabalho comercial que transcende a diplomacia propriamente dita.

O comércio internacional é um balizador importante para a atividade na medida que ajuda a regular o mercado. Neste processo, os contínuos ganhos de produtividade se refletem em preços menores para o consumidor doméstico e em competitividade nas relações externas. A competição internacional pode ser mais um indutor da atividade do que um inibidor, como parece ser em outros segmentos da produção nacional. Economia aberta é condição necessária para o desenvolvimento de uma produção eficiente mas não é suficiente para garantir resultados. É preciso capacidade competitiva que passa, como vimos na agroindústria, por uma sinergia positiva entre mercado (interno e externo), infraestrutura, financiamento e tecnologia.

O comércio internacional de produtos do agronegócio brasileiro também foi importante para que o país entrasse na lógica dos Governos dos países desenvolvidos, vigente nos últimos anos, de não carregar estoques agrícolas elevados e sim transferir ao mercado em geral, o papel de suprir a oferta. Neste processo cresceu a importância da produção do Hemisfério Sul, que entra no mercado no período de entressafra dos países do Hemisfério Norte.

Junto com o braço agrícola da cadeia de Agroindústria, também o desenvolvimento da indústria de insumos no país foi fundamental. Como adiantamos acima, a busca de contínuos ganhos de produtividade implicou em uso intenso e crescente de fertilizantes e outros insumos da agroindústria. A indústria de insumos que opera no país é hoje, moderna, internacionalizada e competitiva. O mesmo vale para o segmento de máquinas e implementos agrícolas. Nos últimos anos, a combinação virtuosa de crédito do BNDES – moderfrota, em

condições competitivas, com uma expansão das exportações, tem permitido que o segmento de máquinas agrícolas apresente um desempenho muito bom dentro do complexo automotivo. De 1999 a 2003, enquanto os licenciamentos de automóveis e comerciais leves cresceram 17%, as vendas de tratores registraram elevação de 54%.

Também a formação técnica e universitária, voltada à agronomia de uma maneira geral e às atividades de veterinária, para ficar em alguns exemplos, tem evoluído positivamente, ajudando a que os produtores venham se tornando empreendedores ou empresários agrícolas.

Da evolução descrita acima, podemos concluir que o sucesso da agroindústria brasileira é resultado de um conjunto de fatores que foram se articulando, ao longo dos anos, numa sinergia positiva:

- a) comércio exterior em desenvolvimento crescente, que permitiu ao país usufruir de condições competitivas muito favoráveis, em vários produtos;
- b) estrutura de financiamento que se adaptou às restrições fiscais do Estado;
- c) desenvolvimento tecnológico que, também a despeito das dificuldades fiscais do Estado, teve na Embrapa um player absolutamente fundamental;
- d) disponibilidade de fatores de produção, visto, inclusive, que o Brasil pertence ao seleto grupo de países no mundo que dispõem de uma reserva de terras agriculturáveis (concentrada basicamente na América Latina e na África);

A agroindústria brasileira, atingindo o status de a mais competitiva do mundo, está entrando agora no estágio de garantir esta posição, vencendo os gargalos que ainda existem para seu desenvolvimento. A tarefa atual passa por:

- a) consolidação da presença do país nos mercados onde já atua;
- b) abertura de novos mercados;
- c) presença nos fóruns internacionais de discussão de questões como abertura de mercados, diminuição de subsídios à produção e à exportação na OMC, Alca e outros .
- d) minoração das deficiências de infra-estrutura de uma maneira geral: transporte, armazenamento, portos. Busca de um marco regulatório que estimule o investimento de uma maneira geral;
- e) atenção contínua aos novos marcos ideológicos que estão contrapondo ambientalistas e cientistas. Esta é uma questão importante tanto no que se refere aos investimentos na infra-estrutura e sua relação com o meio quanto no desenvolvimento de novas variedades, onde se destaca a delicada questão da transgênia.
- f) manter o país na rota das novas exigências do mundo contemporâneo, que passa por questões sanitárias, trabalhistas, ambientais e rastreabilidade de bens produzidos no país.

O Sucesso da Agroindústria: o que se pode aprender?

A análise do desenvolvimento recente da agroindústria brasileira revela uma história de sucesso e pode auxiliar em uma reflexão sobre o setor industrial como um todo. Sem dúvida que existem diferenças de estrutura e de oportunidades, mas existem pontos de intersecção que podem ser trabalhados, principalmente no que tange a políticas públicas e iniciativas privadas que poderiam ser transpostas para o setor industrial.

A conjugação do desenvolvimento de um mercado crescente (interno e externo), da abertura comercial com uma estrutura de financiamento que se mostrou adequada e tecnologia eficiente, pode ser identificada como a base do sucesso do segmento agroindustrial nos últimos anos. É claro que se trata de uma sinergia dinâmica, que exigiu e continua exigindo aperfeiçoamentos em cada um dos componentes envolvidos, de modo a adequá-los às exigências que vão se apresentando na economia, mas podemos partir deste conjunto para efeito de análise.

Além de ter um papel relevante na evolução do PIB total, inclusive por seus desdobramentos crescentes sobre a componente industrial da Agroindústria, tanto na área de insumos quanto de alimentos industrializados, as transformações da agroindústria permitiram, como vimos acima, a queda dos preços da alimentação, aumentando o poder de compra da população e determinaram a diferenciação de produtos, alterando o padrão de consumo nacional. Dito de outra forma, a combinação de ganhos de produtividade e abertura da economia permitiu uma mudança de padrão de consumo doméstico e garantiu mercado interno, ao mesmo tempo, que incentivou o crescimento do mercado externo.

Esta evolução foi, desde logo, diferente na indústria. Primeiro pelo momento distinto dos processos de abertura. A agroindústria brasileira tem um histórico de exposição ao comércio internacional mais antigo que a indústria em geral e o preço internacional é um parâmetro fundamental para a maioria de seus segmentos. Na indústria, a abertura dos anos 90 atingiu os diferentes setores e empresas de variadas formas, dependendo do grau de desenvolvimento e padrão de capitalização de cada um. No entanto, de forma geral, o grau de abertura ao exterior ainda é pequeno e a proteção tarifária, em muitos setores, bem mais elevada.

1. Mercado/abertura:

Do descrito até aqui surge uma primeira diferenciação analítica: a indústria precisa avançar na abertura ao mercado externo. Isto é mais verdadeiro ainda quando se constata que o mercado interno encolheu na década de 90 por conta da falta de crescimento econômico, a despeito da melhoria nos dois primeiros anos do pós-real.

Para tal, alguns pré-requisitos são necessários a exemplo da introjeção, pelo conjunto do setor, das exigências impostas pelo mercado internacional em termos de qualidade, competitividade e requisitos específicos a cada área. Neste processo é imprescindível a endogênização de capacidade de inovação na produção, que implica, inclusive, em uma reestruturação empresarial. **Além disto, também é preciso assimilar que, neste processo, alguns setores encolhem e outros se expandem.** Mais uma vez o exemplo da agroindústria é sugestivo. Na área de óleos, nos últimos 30 anos, diminuiu significativamente o mercado de banha, óleo de algodão e de amendoim em favor do óleo de soja; alimentos tradicionais do dia a dia do brasileiro, como mandioca e do feijão, produtos de comercialização mais difícil, foram crescentemente substituídos pelo trigo e outros produtos comercializáveis no mercado internacional.

É natural, ainda, que a importação aumente seu peso relativo na estrutura de oferta, por conta da necessidade de manutenção da competitividade. Abertura ao exterior significa ampliação de comércio como um todo, ou seja mais exportações e mais importações. Por outro lado, exportar é o resultado do esforço conjunto da produção com políticas governamentais. Muito já se avançou nesta área (negociações e promoção comercial, câmbio flutuante, etc), mas ainda há muito que avançar.

Da agroindústria sai, também, uma lição referente à estrutura de tributos: de um lado, as tarifas de importação de insumos foram sendo reduzidas (por exemplo, fertilizantes tem hoje tarifas entre 4 e 6%); por outro lado, desde alguns anos, existe um esforço para a redução dos impostos da cesta básica. Embora ainda haja muito a avançar, é certo que aqui andamos na direção certa. Na indústria ocorreu o contrário, a carga tributária não parou de crescer. **A solução, obviamente, não passa por aumentar a tributação da agroindústria, mas sim por reduzir a da indústria em geral.** O próprio exemplo do agronegócio mostra que, em Goiás, ao se reduzir o ICMS das carnes de 17% para 3%, a arrecadação subiu e não caiu, pois a estrutura produtiva formal aumentou.

Por fim, da agroindústria sai uma constatação que não é nova mas é recorrente: a importância do canal de distribuição, um elo comercial, integrado e eficiente na cadeia produtiva. O financiamento informal trouxe as tradings para junto dos produtores, de um lado, e, por outro, diferentes Governos no mundo

decidiram reduzir seus estoques, o que resultou num setor comercial dinâmico, que tem um papel fundamental na expansão de nosso mercado externo.

2. Pesquisa e tecnologia:

Outro vetor de sucesso na agroindústria foi desenvolver pesquisa adequada e conseguir manter um estoque de capital, relativamente atualizado, ao longo de seu desenvolvimento. Obviamente, existe, desde logo, uma diferença entre o setor agroindustrial e o setor industrial, no seu agregado. A natureza da tecnologia industrial é mais ampla, o que, por si só, dificulta.

Além desta diferenciação de natureza mais geral, a agroindústria teve dois ciclos de melhoria tecnológica de equipamentos, o primeiro financiado por crédito rural (anos 70) e o segundo por uma composição de Finame/ Moderfrota/ setor privado (anos 90). A indústria também usufruiu, em boa parte, de um ciclo de renovação de capital físico financiado por crédito subsidiado, nos anos 70. O auge deste processo se deu com o 2o Plano Nacional de Desenvolvimento do período Geisel. Porém, na década seguinte, quando uma revolução tecnológica e gerencial começou a se consolidar, as trajetórias se diferenciaram: enquanto a agroindústria se abriu ao mercado externo e otimizou a sinergia tecnologia/mercado, a indústria continuou protegida e amplificou a distância para com o progresso técnico em seus diferentes setores. Na agroindústria, os progressos da biotecnologia foram rapidamente incorporados aos programas de pesquisa, a exemplo da cultura de tecidos e outras técnicas. Enquanto isso, a indústria passava ao largo da revolução tecnológica.

Somente nos anos 90, com a abertura da economia, a indução da competição trouxe, para a indústria, a indução da atualização tecnológica. Enquanto isto, neste período, a agroindústria passava pelo seu segundo ciclo de atualização do parque de máquinas e consolidava sua inserção internacional.

Na área da pesquisa propriamente dita (processo produtivo), a agroindústria usufruiu dos efeitos do constante investimento da Embrapa¹¹, o que não ocorreu na indústria de forma ampla e contínua. O esforço de pesquisa agrícola foi continuado, em razoáveis proporções¹². Além da Embrapa, a pesquisa privada foi constante e crescente. A Fundação Mato Grosso e a Fundação ABC, são exemplos de centros de pesquisa financiados por agricultores, que tiveram uma história de sucesso em pontos tão importantes como as técnicas de plantio direto, uma das maiores inovações do período recente. Também existem casos de resultados exitosos em parcerias de agricultores com universidades. Os pesquisadores sempre interagiram muito com os agricultores, o

11 A pesquisa agrícola no Brasil é anterior à Embrapa e remonta aos anos 40. Referimo-nos aqui à Embrapa pois esta foi o grande marco.

12 É fato conhecido que, já nos anos 30 o Estado de São Paulo investiu mais na pesquisa do algodão que os EUA no desenvolvimento do milho híbrido.

que levou a bons desenhos de programas de pesquisa, constantemente atualizados. Esta interação é muito menor no caso industrial. O que a indústria teve foi a internalização de tecnologia desenvolvida no exterior, de forma não sistemática e com graus diferentes de intensidade pelos vários segmentos.

A idéia de uma “Embrapa Industrial”, recentemente colocada em pauta, deve ser vista como uma adaptação à indústria do sucesso do órgão correlato na agroindústria. E, talvez, ser utilizada, a exemplo de como foi a própria Embrapa, no desenvolvimento de soluções de problemas específicos.

O exemplo do aproveitamento do fosfato nacional, pela indústria de fertilizantes é interessante. Há muitos anos, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo-IPT desenvolveu um método capaz de misturar o produto nacional de modo a produzir uma concentração, em média, mais adequada ao nosso solo e concorrente com o produto importado do Marrocos. Esta descoberta viabilizou o aproveitamento das jazidas da região central do Brasil e mudou a logística da indústria. Outro exemplo é o desenvolvimento por parte da indústria automobilística nacional do carro bi-combustível. De um lado esta inovação tecnológica viabiliza uma estruturação mais racional da oferta de álcool e de outro ajuda no meio ambiente. Além disto, pode se tornar um vetor de exportações interessante.

A existência de foco nas pesquisas do setor agroindustrial foi fundamental para o seu desenvolvimento: pesquisa para determinadas pragas e/ou pesquisa para determinadas regiões, facilitava a concentração dos esforços. O caso da indústria é diferente. São muitos segmentos e problemas diferenciados, fazendo com que a solução, em grande número de casos, passasse e passe por importação de tecnologia.

Assim posto, nos parece que o sucesso da pesquisa agroindustrial decorreu do desenvolvimento de inovações a partir das necessidades do setor produtivo, respondendo a perguntas específicas e buscando o aumento da renda do segmento como um todo. Isto na indústria é mais complexo. O Brasil sempre resolveu o problema pela via da importação. As linhas de pesquisa que existem hoje na universidade e nos próprios centros de pesquisas, como o IPT, a despeito de vários esforços, ainda estão longe do setor industrial e muitas vezes seguem mais o interesse do pesquisador envolvido do que respondem a uma demanda do segmento industrial. Falta sinergia entre setor privado e instituição de pesquisa.

3. Financiamento:

Além da exposição internacional em momento e intensidade distintos e do desenvolvimento tecnológico, **o financiamento é outro diferencial importante.** A agroindústria, por ter uma exposição estruturada junto ao mercado externo, é detentora de um hedge natural, derivado de suas exportações crescentes. Isto disponibiliza ao setor um canal de financiamento, em moeda forte. Esta transposição não pode ser feita diretamente ao setor industrial como um todo.

Na realidade, as indústrias exportadoras e as de capital internacional dispõem de um acesso melhor ao crédito externo. As exportadoras têm o hedge de suas vendas em moeda forte. Muitas vezes, a atividade traz junto um setor comercial dinâmico, importante para o seu sucesso. As empresas internacionais pela própria dinâmica de sua operação, têm crédito garantido. Para os demais segmentos, o acesso e o risco de crédito são mais complexos. O segmento de não tradables, como o de serviço, ao se financiar no exterior, corre o risco do descasamento entre moedas. Isto ocorreu no Brasil dos anos 90 quando empresas do setor elétrico e de telecomunicações sofreram os efeitos da desvalorização cambial de 1999, devendo em moeda forte e faturando em reais. Por fim, existe a dificuldade concreta do acesso a crédito externo de empresas que vendem primordialmente no mercado doméstico.

Isto posto, parece claro que a possibilidade de se utilizar crédito externo não elimina o desenvolvimento, a exemplo do que ocorreu com a agroindústria, de canais alternativos de financiamento com origem em moeda local. **Para tanto não vemos melhor caminho que o mercado de capitais, principalmente para aqueles que produzem para o mercado interno ou atuam nos segmentos não tradables.** Nesta evolução, será exigido destas empresas, a exemplo do que ocorreu com aquelas que se internacionalizaram, reestruturações em termos organizacionais, governança corporativa e, em muitos casos, reorganizações societárias. Um exemplo interessante já está ocorrendo no setor elétrico, no qual vários grupos importantes estão promovendo a criação de uma holding que incorpore seus principais ativos, preparando a abertura de capital no mercado acionário. Evidentemente este movimento busca reduzir a dependência de operações externas na estrutura de passivo. Completando a estrutura de financiamento, em ambos os vetores acima apontados, aparece o BNDES. O problema aqui é alterar a sinergia atualmente vigente entre um bom número de empresas e o banco de fomento, que transformam este último em única fonte de recursos de longo prazo.

O BNDES pode entrar em vários tipos de parcerias e/ou atuando em financiamentos específicos. A criação do Modermaq, financiamento do BNDES para o parque de máquinas industrial, por exemplo, pode ser vista como uma tentativa de

repetir o sucesso do Moderfrota no financiamento da renovação do parque de máquinas agrícolas nos anos 90. Embora necessite de aperfeiçoamentos nas condições de financiamento bem como de risco de crédito, trabalha na direção correta.

A segunda implicação para a indústria, da experiência agrícola é: sabemos que o financiamento deve adotar esta combinação externo-interno-oficial. O problema é como tornar isto factível para o segmento industrial. Isto é, como operacionalizar uma estrutura de instrumentos financeiros adequados e um marco institucional eficiente.

Sugestões

A seguir fazemos a sistematização de um conjunto de idéias que nos parecem interessantes de serem avaliadas pela Fiesp, à **luz da experiência da agroindústria**. As idéias apresentadas não são originais mas consideramos que são estratégias que possam ser exploradas pela Fiesp de forma positiva.

A primeira idéia que surge da experiência da agroindústria é a da **importância da ampliação do mercado externo** para o setor industrial brasileiro. A importância do mercado externo para o país vem sendo difundida com razoável sucesso. Mas a **importância do mercado externo para as empresas** ainda não foi introjetada de forma mais ampla. O encolhimento do mercado interno e a necessidade de aprofundar o processo de reestruturação das empresas, levando-as a internalizar os processos de renovação tecnológica, são razões mais do que suficientes para justificar o interesse do conjunto do setor na ampliação das exportações.

IDÉIA 1

EXPORTAÇÃO TEM QUE SER DECISÃO ESTRATÉGICA DOS DIFERENTES SETORES E DAS DIFERENTES EMPRESAS

Para tal seria importante que:

- 1) O Governo implementasse uma “força tarefa” capaz de dar conta de um conjunto de medidas indispensáveis, já conhecidas, para trazer o investimento necessário e para superar os maiores pontos de estrangulamento da infra-estrutura (energia, transportes, infra-estrutura portuária). Os entraves de infra-estrutura estão se transformando numa restrição ao desenvolvimento futuro das exportações nacionais. O exemplo da soja, na atual safra, é ilustrativo. A despeito do fato de a safra estar sendo menor do que o esperado, as multas referentes a atrasos no embarque do produto nos portos brasileiros, reduziram o preço do produto nacional frente o preço praticado em Chicago em US\$ 46 por tonelada. A produção ainda é

penalizada pelo acréscimo no custo de frete decorrente das condições precárias das estradas brasileiras. Este ônus é equivalente a um imposto de exportação sobre a soja, diminuindo a nossa competitividade.

- 2) Para trazer o investimento privado no montante e na velocidade adequada, é imprescindível uma maior agilização do desenvolvimento e da implantação do marco regulatório correlato. Estamos nos referindo aqui ao aperfeiçoamento da legislação das agências reguladoras, das Leis do modelo elétrico, do Projeto das PPP - Parcerias Público-Privadas, dentre outros, todos pontos constantes da agenda microeconômica do Governo Lula. Novamente, o exemplo da agroindústria deve ser usado. As exportações brasileiras de açúcar e álcool deram um salto, nos últimos anos, entre outras coisas, pelo desenvolvimento, em tempo hábil, de uma infra-estrutura portuária de armazéns e tanca-gem, capaz de armazenar os produtos de forma adequada. Este investimento foi feito pelo capital privado.
- 3) O Governo desse continuidade aos processos de simplificação e agilização dos trâmites aduaneiros, eliminação dos entraves burocráticos, modernização do Siscomex, ampliação do acesso a informações.
- 4) O Governo, de uma maneira geral, e as instituições privadas setoriais, junto a seu público-alvo, trabalhassem o conceito de **empresa-âncora**, entendida como aquela que “puxa” um conjunto de outras empresas no caminho do comércio exterior. Uma grande empresa que tenha interesse na manutenção de um canal de abastecimento contínuo de fornecedores especializados, por exemplo, teria, em tese, o interesse de exercer o papel de âncora na exportação conjunta, usufruindo, em contrapartida, dos benefícios de escala mínima e de competitividade. Este modelo já é verdadeiro na cadeia automobilística e na área de móveis, para ficar em dois exemplos. Neste último é emblemática a experiência da Duratex com um conjunto de empresas produtoras de móveis.

Na área de plásticos existe desde dezembro o Programa “Export Plástico Nacional” que contempla a exportação de produtos plásticos transformados. O projeto identifica no exterior as necessidades de empresas por plásticos e busca no Brasil fornecedores aptos a servir a demanda.

Dentro deste conjunto de idéias também seria interessante criar um vínculo entre a empresa-âncora e o BNDES_Exim (linha de financiamento voltada para o comércio exterior). Neste momento, o BNDES está montando a carteira do Exim para 2005. Está, inclusive, ampliando os

desembolsos a pequenas e médias empresas. Está desenvolvendo o conceito de “Elemento-Âncora”, exatamente a idéia aqui sugerida: uma empresa com experiência nos setores de exportação e distribuição organiza a operação para um grupo de empresas menores e esta empresa-âncora fica como a tomadora de recursos no BNDES-Exim e os repassa às demais. Esta linha tem como contrapartida exportações crescentes. Já existem exemplos na área de camarões, têxtil e calçados.

IDÉIA 2

TRABALHAR PELO BARATEAMENTO DO CUSTO DE CAPITAL

Nos anos 70, a agroindústria e indústria em geral se capitalizaram com crédito público subsidiado. Quando o crédito oficial se restringiu, a agroindústria foi adiante por duas razões. Em primeiro lugar, por ser exportadora e, nesta condição poder se utilizar de capital internacional via securitização de suas exportações, feitas por tradings e empresas fornecedoras de insumos. Adicionalmente, os agroindustriais recorreram a recursos próprios e ao mercado informal de capitais. Estudos apontam que estes últimos recursos chegam a níveis da ordem de 40% do total financiado do segmento.

A indústria tem uma densidade de capital maior que a agroindústria. Uma empresa industrial de faturamento de US\$ 10 milhões é pequena ao passo que um empreendimento agro-industrial deste porte é considerado grande. A indústria, especialmente a pequena, eventualmente se utiliza do mercado informal de capitais, mas esta não é a regra de mercado. Como o volume médio de recursos requerido para o setor industrial é significativamente superior ao do setor agrícola, criou-se uma carência crônica que explica, em grande parte, os baixos índices de investimento do país. Daí porque o financiamento da indústria tem que depender crescentemente do aumento das exportações, da securitização de recebíveis correlata e do mercado de capitais doméstico. Os casos recentes da entrada no mercado de capitais das empresas Gol e da Natura são ilustrativos. Está se abrindo uma oportunidade para um movimento mais consistente de abertura de capitais, mas será preciso mais empenho e determinação. O mercado de capitais, recorrentemente, fez parte das propostas de políticas públicas, nos últimos anos, mas seu desenvolvimento efetivo ficou aquém do desejado.

Na verdade, a necessidade do desenvolvimento do mercado de capitais é decisiva não só para financiar os investimentos necessários para a retomada de um crescimento sustentado como também para provocar e acelerar o processo de modernização das empresas brasileiras. A “cobrança” do mercado de capitais e o prêmio com que ele retribui, - a redução do custo de captação das empresas -, tem sido fundamentais para a introjeção e manutenção de um processo de

inovação contínua nas empresas dos países nos quais o mercado de capitais se desenvolveu de forma “eficiente”.

Entretanto, o desenvolvimento do mercado de capitais depende tanto de uma atuação firme das autoridades econômicas como de uma maior compreensão por parte do empresariado de qual é o seu papel.

Do lado dos empresários, a percepção de que o novo padrão de financiamento da economia brasileira passa pelo mercado de capitais, com conseqüentes mudanças na gestão dos negócios ainda precisa ser mais difundida. Do lado do governo, é imprescindível fugir de duas concepções as quais, apesar de opostas, são igualmente perniciosas ao objetivo de desenvolver o mercado de capitais: acreditar que basta legislar “corretamente” é tão ingênuo quanto acreditar que o “mercado” resolve.

Nesse sentido seria importante que:

- 5) O Governo se empenhasse numa participação mais decisiva do BNDES como parceiro no mercado de capitais. Embora saibamos que a atual direção do banco é refratária a esta trajetória, a Fiesp deve manter acesa a chama da inevitabilidade e da importância deste caminho.**

O BNDES tem um histórico de relacionamento com as empresas e teve participação elevada nos principais empreendimentos existentes no país. Tem expertise na avaliação de investimentos e deve ser a peça chave neste processo. Além disto, o BNDES tem os recursos, financeiros e institucionais, para dar uma contribuição decisiva ao desenvolvimento do mercado de capitais. O BNDES não tem fôlego para financiar sozinho a vultuosa necessidade de capital necessária ao novo ciclo de investimentos, porém tem capacidade de potencializar seus recursos, atraindo capital do setor privado com os quais pode desenvolver as mais diversas parcerias.

Nesse sentido, seria interessante que o BNDES passe a ter um empenho especial no desenvolvimento do mercado de capitais, atuando basicamente em quatro áreas:

- i) governança corporativa que dá a transparência necessária ao mercado de capitais. O BNDES poderia ir introduzindo crescentemente esta cultura ,nas operações realizadas pelo Sistema BNDES;**
- ii) garantias: O BNDES passaria a atuar como um certificador ou provedor de garantias para operações realizadas no mercado de capitais. Poderia desenvolver parcerias com outros bancos e instituições, concedendo garantias e/ou uma combinação de garantia com subscrição. Deste modo,**

o BNDES usaria seus recursos para induzir o setor privado a co-participar das suas operações, alavancando sua capacidade de financiamento;

iii) mercado de debêntures: o BNDES poderia promover o mercado de títulos privados adequando suas operações à padronização recentemente estabelecida pela CVM. Como o maior comprador de títulos de renda fixa do setor privado e pela liderança que tem com os Fundos de Pensão das empresas estatais e outras instituições, o BNDES é a única instituição com capacidade de indução a esta padronização e

iv) Fundos de Pensão: o BNDES poderia desenvolver parcerias com os Fundos de Pensão para certas operações. Para os Fundos de Pensão é uma oportunidade de participar de investimentos em empresas emergentes e empresas de base tecnológica, as quais não poderia suportar diretamente, e cujos resultados podem ser significativos.

De uma maneira geral, todas as propostas acima são interessantes ao BNDES pois ou liberam recursos para serem aplicados em outras atividades ou potencializam suas aplicações. É fundamental que o BNDES e outras instituições financeiras públicas venham a desempenhar um papel importante no desenvolvimento do mercado de capitais. Diversas oportunidades de parcerias podem ser desenvolvidas, reduzindo riscos e alavancando os recursos para financiar empresas e investimentos de longo prazo.

6) É inequívoco que o desenvolvimento do mercado de capitais só ocorrerá na medida em que fizer parte de uma política mais ampla de **construção** das condições de retomada do crescimento sustentado que passa, **entre outras coisas**, pela redução dos juros, pela criação de um marco regulatório consistente, e por um novo relacionamento entre o setor público e o privado que não pode ser reduzido nem ao estatismo do passado nem ao liberalismo que o substituiu. De uma maneira geral, todas as idéias defendidas pela equipe econômica referentes à redução de spread bancário, melhoria da oferta de crédito e redução do custo do capital, devem ser implementadas de forma mais efetiva.

7) O BNDES também aperfeiçoasse o programa Modermaq. Como apontamos na análise do setor agroindustrial, o Moderfrota tem sido fundamental no processo de renovação do parque de máquinas. No início de 2004, o Governo Federal anunciou o programa Modermaq, com entrada em operação prevista para este mês de junho. Tanto os recursos disponibilizados (R\$ 2,5 bilhões) quanto as taxas de juros correlatas (14,95% de taxa fixa + 3,95% de taxa de repasse do agente financeiro = 19% aa) não agradaram ao empresariado, que esperava R\$ 8 bilhões no primeiro caso

e taxas de juros da ordem de 8% aa. Vale lembrar que, no Moderfrota, até fevereiro de 2003, as taxas praticadas eram de 8,75% - 10,75%, ao ano e só a partir de março, a banda de taxas passou a 9,75% - 12,75% (com a conseqüente queda na demanda pela linha). Também como parâmetro de comparação vale mostrar que a taxa do Finame hoje é TJLP + 4%, que equivale a 14% aa. No quesito prazo de pagamentos, a indústria de bens de capital está reivindicando revisão dos originais 5 anos (igual ao prazo do Moderfrota) para 8 anos, sendo 3 de carência.

Este programa poderia ser tão bem sucedido quanto o Moderfrota se as taxas de juros embutidas tivessem valores mais razoáveis. Também é importante viabilizar o acesso das pequenas e médias empresas que, em geral, não são beneficiadas, visto o risco que apresentam como devedoras. Provavelmente deixar a garantia como sendo exclusivamente o valor da máquina poderia ser uma solução. No caso do Moderfrota a garantia é a própria terra e isto não é transferível para a indústria.

Um outro passo poderia ser criar a figura de um agente que funcionasse como catalisador – a exemplo dos bancos das montadoras no Moderfrota –. Esse agente poderia ser a própria ABIMAQ – que, através dos seus associados, poderia formar uma cooperativa que atuasse como agente financiador e garantidor das operações. Isto facilitaria a avaliação de crédito pela criação de um cadastro único e disponível para os associados, fazendo com que os recursos pudessem atingir as empresas de menor porte, barateando o custo final do financiamento, pelo ganho de escala.

IDÉIA 3

DESENVOLVIMENTO DO VETOR PESQUISA-TECNOLOGIA

Da observação da experiência agroindustrial sai uma primeira conclusão de que precisamos ter programas de pesquisa focados e com continuidade no tempo, olhando especialmente as questões associadas a especificidades locais e à natureza de nossas matérias. Antes de discutirmos sugestões na área de pesquisa é fundamental observar que, no caso da agroindústria, a proximidade da pesquisa com empresas sempre foi muito forte e decisiva para o bom desenvolvimento dos projetos. Apesar de diversos esforços, esta distância segue sendo grande na indústria. Seria fundamental desenvolver programas que busquem reduzir a distância entre pesquisa e cliente.

a) Um exemplo de programa desta natureza está em artigo recente de

Fernando Reinach e José Fernando Perez, professores da USP que sugerem que a contratação de doutores para a realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, pelo setor privado, seja desonerada de encargos sociais.

- b)** Dadas as dificuldades legais envolvidas numa desoneração desta natureza, talvez, uma alternativa mais simples seja a criação de bolsas de trabalho/bolsas de pesquisa nas empresas.
- c)** Também seria interessante expandir a experiência da Fapesp com a pesquisa do genoma, que montou uma rede virtual de projetos e pesquisadores aqui e no exterior para projetos ligados à indústria. Esta operacionalização agiliza os projetos e reduz custos.
- d)** Poderia se ampliar a experiência da Embrapa com seu “posto avançado” em Mompelieir, na França, onde mantém um núcleo de pesquisadores “antenados” na fronteira da pesquisa agrícola.
- e)** O sucesso da Embrapa também se deve ao fato dela focar questões locais e usar matéria prima nacional. Uma longa lista de programas nesta direção pode ser feita. Alguns exemplos são:
 - 1) Na área de energia: expansão do bio-diesel; do carro bi-combustível; utilização do etanol nos reformadores de células de hidrogênio (carro elétrico) como alternativa ao petróleo, são alguns dos programas passíveis de desenvolvimento;
 - 2) Na área de biotecnologia: sendo uma das fronteiras da revolução tecnológica em curso e sendo o Brasil um país dotado de uma biodiversidade importante, a pesquisa nesta área é vital e possível. Desde o uso mais intensivo dos recursos da Amazônia, até os desdobramentos da produção agrícola propriamente dita via transgênia, por exemplo. A bioindústria é outra vertente. Nesta seara existe o desenvolvimento do plástico orgânico. No Brasil, a PHB Industrial, associação entre dois grupos usineiros de São Paulo, o Irmãos Biaggi e o Balbo, já fez uma fábrica piloto para produção de plástico derivado da cana de açúcar. Também a Cargill Dow, associação da Cargill com a Dow Chemical, trabalha no plástico derivado do milho.
 - 3) Também há desenvolvimento possível na área mineral.

Parte de toda esta pesquisa pode e deve ser desenvolvida em parceria com o setor privado. Na experiência da agroindústria, além do empenho do setor público via Embrapa, o setor privado, ou seja, os próprios agricultores, investiram e investem em centros de pesquisa a exemplo da Fundação Mato Grosso. Um maior empenho das empresas industriais no financiamento da pesquisa seria desejável.

Bibliografia

FAVAREL, Paulo Filho. **“Evolução do crédito rural e tributação sobre alimentos na década de 90: Implicações sobre as cadeias de aves, suínos e leite.”** BNDES setorial, 2002

GARCIA, José; FRANCISCO, Humberto. **“Taxa de juros e política de apoio interno à agricultura”**. IPEA, 2003

JANK, Marcos. **“Sistema de comercialização antecipada da soja sob ameaça”** e outros

FARINA, Elisabeth. **“Competitividade do agribusiness brasileiro”**. PENSA

BARROS, José; RIZZIERI, Juarez; PICHETTI, Paulo. **“Os efeitos da pesquisa agrícola para o consumidor”** FIPE, 2001

MB Associados. **“Estrutura tributária do setor de fertilizantes e o futuro da agricultura brasileira”**. Trabalho elaborado para ANDA, 2003

MB Associados. **“Agropecuária Paulista: Análise e perspectivas”**. Trabalho elaborado para Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo, 2003

REZENDE, Gervásio de Castro **“Política Agrícola”**. IPEA, 2004.

HOMEM DE MELO, Fernando. **“A abertura comercial e o papel dos aumentos de produtividade na agricultura brasileira”**

HAGUENAUER, Lia; BAHIA, Luiz; CASTRO, Paulo Furtado; RIBEIRO, Márcio Bruno. **“Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90”** IPEA, 2001.

